



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CAMPUS DE SOBRAL**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**PAULO JANDERSON CAVALCANTE ARAÚJO**

**AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA DOS SERVIDORES  
PÚBLICOS NA SECRETARIA DAS FINANÇAS DE SOBRAL**

**SOBRAL**

**2024**

PAULO JANDERSON CAVALCANTE ARAÚJO

**AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA DOS SERVIDORES  
PÚBLICOS NA SECRETARIA DAS FINANÇAS DE SOBRAL**

Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Ceará como requisito para a obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador (a): Profa. Dra. Cleycianne de Souza Almeida

SOBRAL

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Sistema de Bibliotecas  
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

C364a Cavalcante Araújo, Paulo Janderson.  
Avaliação do nível de educação financeira dos servidores públicos na Secretaria das Finanças de Sobral /  
Paulo Janderson Cavalcante Araújo. – 2024.  
52 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Campus de Sobral,  
Curso de Ciências Econômicas, Sobral, 2024.  
Orientação: Profa. Dra. Cleycianne de Souza Almeida.

1. Educação Financeira. 2. Servidores Públicos. 3. Conhecimento Financeiro. 4. Sobral. I. Título.  
CDD 330

---

## RESUMO

A educação financeira é uma competência essencial para a gestão consciente dos recursos, tanto no âmbito pessoal quanto profissional. Este trabalho tem como objetivo geral avaliar o nível de educação financeira dos servidores públicos da Secretaria das Finanças do município de Sobral, Ceará. Para isso, investigou-se o perfil dos servidores e seu conhecimento sobre conceitos e instrumentos financeiros, além da importância do planejamento financeiro no contexto pessoal e familiar. A pesquisa foi realizada por meio da aplicação de questionários a uma amostra de servidores, cujas respostas foram analisadas de forma quantitativa. Os resultados mostraram uma variação significativa no nível de educação financeira entre os servidores, revelando que, apesar do contato frequente com temas financeiros, muitos ainda não possuem conhecimento suficiente para uma boa gestão de suas finanças pessoais. Observou-se, ainda, uma correlação positiva entre o nível de instrução e o grau de conhecimento financeiro, reforçando a necessidade de ações educativas para capacitar melhor os servidores. Conclui-se que, para melhorar o bem-estar financeiro dos servidores, é crucial a implementação de políticas de educação financeira contínuas.

**Palavras-chave:** educação financeira; servidores públicos; conhecimento financeiro; Sobral.

## **ABSTRACT**

Financial education is an essential skill for the conscious management of resources, both on a personal and professional level. This study aims to assess the financial education level of public servants in the Finance Department of the municipality of Sobral, Ceará. The research investigated the profile of these servants and their knowledge of financial concepts and instruments, as well as the importance of financial planning in personal and family contexts. The research was carried out by applying questionnaires to a sample of employees, whose responses were analyzed quantitatively. The results showed significant variation in the level of financial education among the servants, revealing that, despite frequent exposure to financial topics, many still lack sufficient knowledge for effective personal financial management. Additionally, a positive correlation between educational level and financial knowledge was observed, highlighting the need for educational actions to better equip these servants. It is concluded that the implementation of continuous financial education policies is crucial to improving the financial well-being of public servants.

**Keywords:** financial education; public servants; financial knowledge; Sobral.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número total e percentual de servidores, por faixa etária. ....	18
Tabela 2 - Grau de Escolaridade. ....	18
Tabela 3 - Quantidade membros na família. ....	19
Tabela 4 - Renda média mensal. ....	19
Tabela 5 - Forma de acompanhamento das finanças. ....	22
Tabela 6 - 1º Principal Gasto. ....	25
Tabela 7 - Segundo principal gasto. ....	25
Tabela 8 - Terceiro principal gasto. ....	25
Tabela 9 - Percentual de Poupança. ....	26
Tabela 10 - Situação dos servidores em relação à aposentadoria. ....	29
Tabela 11 - Formas de atualização sobre finanças. ....	32
Tabela 12- Nível de conhecimento financeiro dos servidores. ....	33

## SUMÁRIO

1. Introdução.....	6
2. Referencial Teórico.....	8
2.1. Educação Financeira.....	8
2.2. Importância da Educação Financeira.....	10
2.3. Planejamento Financeiro .....	11
2.4. Avaliação do Conhecimento Financeiro .....	14
3. Metodologia.....	15
3.1. Classificação da Pesquisa .....	15
3.2. Amostra .....	16
3.3. Coleta de Dados.....	16
3.4. Avaliação do Nível de Educação Financeira .....	17
4. Análise dos Resultados.....	17
4.1. Dados gerais dos servidores .....	17
4.2. Formas de controle das finanças.....	21
4.3. Análise do Conhecimento Financeiro .....	33
5. Considerações Finais .....	41
6. Referências Bibliográficas.....	43
7. ANEXO A – Questionário aplicado aos servidores da Secretaria das Finanças de Sobral	
46	

## 1. Introdução

A educação financeira tem uma função essencial na vida das pessoas, sendo fundamental para a gestão eficaz dos recursos financeiros. Em um mundo cada vez mais globalizado e complexo, onde as decisões financeiras impactam diretamente na qualidade de vida e no bem-estar econômico, torna-se fundamental que os indivíduos tenham autonomia para planejar melhor seu futuro, evitar problemas financeiros e para tomar decisões informadas.

Assim, a educação financeira surge como um tema necessário, em busca de auxiliar na gestão e no empoderamento das pessoas para que tomem medidas conscientes. Segundo De Abreu e de Abrantes (2022), a educação financeira tem uma importância que transcende a simples compreensão dos produtos financeiros, sendo fundamental para o desenvolvimento pessoal, econômico e social do indivíduo.

Vale ressaltar que a educação financeira atua de forma diferente em grupos específicos como, por exemplo, estudantes, aposentados, servidores públicos etc. Isso se deve ao fato de que cada grupo enfrenta diferentes desafios financeiros e, portanto, necessita de um programa educacional direcionado às suas necessidades particulares. No entanto, independente do grupo a ser analisado, compreender os produtos financeiros e planejar eficientemente pode melhorar sua qualidade de vida, além de promover uma sociedade economicamente mais estável.

No caso específico dos servidores públicos, Claudino *et. al.* (2009) constataram que o nível de educação financeira entre servidores públicos se mostrou insuficiente, e que, portanto, muitos apresentam dificuldades no uso de produtos financeiros e no planejamento financeiro. De Abreu e de Abrantes (2022) também alertaram para a dificuldade desses profissionais em manter uma boa organização financeira, o que frequentemente resulta em endividamento.

Nestes termos, torna-se importante desenvolver pesquisas acerca do nível de educação financeira para identificar as lacunas existentes e propor soluções eficazes para este grupo específico. Assim, a análise do nível de conhecimento financeiro entre os servidores públicos pode revelar áreas críticas que mereçam atenção e formação específica.

Compreender essas particularidades possibilita a criação de programas educativos que não só melhoram a gestão financeira individual, mas também podem atenuar o endividamento e promover um planejamento financeiro mais eficiente. Ademais, tais benefícios

podem contribuir inclusive para a melhoria da eficiência destes ambientes de trabalho a partir do momento que se sentirem menos preocupados com sua condição financeira.

Portanto, este trabalho tem como objetivo geral observar o nível de educação financeira através do grau de conhecimento sobre finanças dos servidores públicos da Secretaria das Finanças do município de Sobral (Ceará), tomando como base seus conhecimentos acerca de conceitos e instrumentos financeiros.

Para atender a este objetivo, definiram-se os seguintes objetivos específicos:

- I. Buscar na literatura as definições e a importância da educação financeira para servidores públicos, destacando os benefícios individuais e sociais dessa prática.
- II. Investigar a importância do planejamento financeiro, revisando as melhores práticas e estratégias para promover uma gestão financeira eficiente.
- III. Avaliar, por meio de um questionário, o perfil dos servidores da Secretaria das Finanças de Sobral (Ceará) e seu conhecimento sobre finanças.

A pesquisa buscar através do questionário produzido conhecer o perfil social e econômico dos servidores públicos da SEFIN e como estes profissionais fazem a gestão de seus recursos financeiros. Além disso, o estudo busca avaliar o nível de conhecimento financeiro dos entrevistados para que se identifique o nível de educação financeira dos servidores e, por fim, pretende-se identificar áreas de fraqueza onde pode haver necessidade de mais capacitação dos servidores públicos.

Esta pesquisa é exploratória, descritiva, bibliográfica e um estudo de caso, com foco nos servidores públicos da Secretaria das Finanças de Sobral. Seus dados foram obtidos por meio de um questionário baseado em Vieira *et al.* (2019), De Abreu e De Abrantes (2022), Buseti (2012) e Lucci *et al.* (2006), composto por 30 questões fechadas. O nível de educação financeira será avaliado tomando como base o método de Claudino *et al.* (2009), classificando o conhecimento dos entrevistados em insuficiente, intermediário ou satisfatório.

Ao longo desta monografia, o estudo está organizado da seguinte forma: A segunda parte abordará o referencial teórico, onde serão explorados os conceitos e importância da educação financeira, planejamento e do conhecimento financeiro. Na terceira sessão, detalhar-se-á a metodologia desta pesquisa, classificando a pesquisa e os procedimentos de coleta e análise de dados. A sessão quatro irá apresentar os resultados desse estudo e por fim, a quinta parte trará as conclusões, contribuições e sugestões para futuras pesquisas.

## 2. Referencial Teórico

### 2.1. Educação Financeira

A literatura sobre educação financeira costumeiramente a destaca como uma área de conhecimento relevante nos âmbitos pessoal e profissional. Trata-se de uma área importante para capacitar os indivíduos na análise das situações que envolvem o dinheiro e escolhas conscientes.

De acordo com Tavares & Almeida (2020), a educação financeira não possui um conceito único e universal. Ademais, apesar das suas constantes atualizações, refere-se à habilidade de ler, analisar, gerenciar e comunicar questões financeiras que surgem no dia a dia, impactando o bem-estar material dos indivíduos.

Ainda segundo os autores, associado a isso, têm-se o desenvolvimento das habilidades relacionadas à compreensão de instrumentos financeiros, princípios de mercado financeiro e suas regulamentações.

No entendimento de Nogueira (2011), a educação financeira reflete o grau de entendimento em assuntos financeiros. Portanto, o conhecimento sobre este tipo de tema influenciaria nas decisões financeira, promovendo o bem-estar financeiro, pois o indivíduo desenvolveria uma melhor consciência das adversidades, as quais podem impactar nas condições econômicas. O autor ainda conclui que a educação financeira se trata do processo pelo qual é possível alcançar a literacia financeira.

Bota (2023) conceitua a educação financeira como sendo a habilidade de compreender conceitos financeiros e tomar decisões informadas com os recursos disponíveis. Para a autora, sua importância é significativa, sendo crucial para se construir uma sociedade consciente do impacto de suas decisões financeiras.

Carita (2016), por sua vez, comentou que o conceito de educação financeira tem evoluído com o passar do tempo, adaptando-se às demandas do mundo moderno, especialmente, diante do contínuo desenvolvimento do mercado financeiro. O autor destaca ainda o papel desempenhado pelos conhecimentos básicos em finanças na vida das pessoas. Ademais, por esta razão, salienta-se o uso desses conhecimentos para tornar as decisões financeiras mais consistentes.

Consonante a isso, Ferreira (2017) define educação financeira como sendo o conjunto de competências e conhecimentos que tornam as escolhas inteligentes no tocante ao

uso do dinheiro, ao consumo e às transações financeiras. O benefício gerado seria o bem-estar resultante e uma vida financeira mais tranquila.

Diante desse entendimento, Ferreira (2017) destaca que um dos âmbitos onde a educação precisar estar presente é também na questão financeira. A sociedade está inserida em um ambiente em que o dinheiro é um fator comum em todas as ações dos indivíduos. Portanto, torna-se essencial possuir conhecimento acerca dos mecanismos e instrumentos financeiros disponíveis para as tomadas de decisões.

Leite e da Cruz (2022) associa o termo educação financeira no aprimoramento da gestão financeira, abrangendo conhecimentos financeiros, os quais implicam em ter o controle e consciência sobre as receitas, as despesas e os investimentos. Trata-se de uma mudança de hábitos e de mentalidade, onde a ausência dessa chamada alfabetização financeira, seja no âmbito familiar ou pessoal, pode impactar adversamente a vida financeira das pessoas.

Olivieri (2013) considera a educação financeira como sendo um contínuo processo de aprendizagem, cujo objetivo é o desenvolvimento do ser humano para melhor tomar decisões. O autor chama a atenção também para a necessidade do indivíduo se reconhecer como responsável por suas próprias escolhas financeiras e para que assim possa viver bem e de forma equilibrada.

O Banco Central do Brasil (2009 apud OCDE, 2005) conceituou educação financeira como o processo em que os investidores e consumidores podem aprimorar seus conhecimentos acerca de conceitos, produtos e riscos relacionados às finanças. Ademais, a partir dessa compreensão, estes indivíduos seriam capazes de desenvolver habilidades e tornar-se mais confiantes para fazer escolhas acertadas e conscientes, melhorando o seu bem-estar financeiro.

Dornela *et. al.* (2014), por sua vez, chamam a atenção para a necessidade de fornecer às pessoas os conhecimentos teóricos básicos de finanças. Para os autores, isso auxiliaria enormemente as decisões práticas da vida cotidiana. Por outro lado, a falta da compreensão destes assuntos leva muitas vezes a problemas como endividamento excessivo diante das impossibilidades de não cumprimento das obrigações financeiras.

Os autores destacam inclusive que tais conhecimentos deveriam ser voltados a tudo que envolve o dinheiro, desde assuntos mais comuns como, por exemplo, métodos de pagamento inteligentes, formação de poupança e proteção contra o endividamento, até

conhecimentos mais específicos como diversificar as formas de investimentos. Esse conjunto de informações, em conjunto com outras ações, melhoraria sobremaneira as decisões quanto ao emprego dos recursos financeiros.

Complementando esta visão quanto à importância da educação financeira no cotidiano das pessoas, Martins (2019) elenca temas importantes como, por exemplo, a elaboração de orçamentos para evitar endividamento, a formação de reservas para prevenir dívidas, o estabelecimento de metas de curto, médio e longo prazo, a alocação de recursos para investimentos, etc.

Dessa forma, pode-se dizer que a educação financeira consiste na capacidade dos indivíduos de compreender, analisar e gerenciar os aspectos financeiros que fazem parte da sua vida cotidiana. Trata-se de um processo contínuo de aprendizado e acompanhamento que envolve não apenas conhecer instrumentos financeiros, mas também a habilidade de tomar decisões conscientes e informadas. Em suma, a educação financeira é responsável por capacitar os indivíduos a exercerem controle sobre suas finanças, promovendo uma melhor qualidade de vida e uma sociedade mais consciente e responsável.

## **2.2. Importância da Educação Financeira**

Além de conhecer os variados conceitos de educação financeira, torna-se relevante que se reconheça também sua relevância não somente para o indivíduo, mas para a sociedade como um todo.

Ferreira (2017) comentou que ter boas práticas financeiras representa um importante pilar para que se alcance um bom padrão de qualidade de vida.

Para Martins (2019), a educação financeira propicia uma vida financeira saudável. Isso se torna possível a partir de um conjunto de conhecimentos quanto ao orçamento familiar, investimentos e outros assuntos associado a aplicações práticas em finanças. Assim, os indivíduos raciocinariam melhor sobre como economizar e multiplicar os seus rendimentos, além de proporcionar o alcance dos objetivos pessoais.

Hurtado e Freitas (2020) apresentam uma visão mais ampla da questão financeira interferindo nos mais diversos aspectos da vida de um indivíduo como, por exemplo, alimentação, habitação, saúde, educação, entre outros e que não se restringe ao âmbito pessoal. Na verdade, as consequências das decisões financeiras impactam não somente o indivíduo, mas também a sua família, a sua comunidade, cidade, estado e país. Em outros termos, estas decisões

possuem desdobramentos econômico-financeiros, sociais e ambientais. Diante dessa relação complexa, os autores chamam a atenção para a necessidade da disseminação do conhecimento sobre a educação financeira.

Nas palavras de Wisniewski (2011), a educação financeira é uma ferramenta necessária e fundamental para a boa gestão financeira pessoal, a qual colabora para o desenvolvimento do hábito de poupar. O autor ainda cita que um outro aspecto importante. Diante de uma sociedade cada vez mais consumista e endividada, o acesso a temas financeiros proporcionaria resultados positivos para a sustentabilidade do planeta, uma vez que uma comunidade educada em finanças avaliaria melhor suas escolhas de consumo e decisões econômicas.

Dentro desta perspectiva, Alves *et. al.* (2020) consideraram a educação financeira como sendo um crucial instrumento em que os indivíduos a utilizam para gerenciar seus rendimentos eficientemente. Desta forma, possam poupar e investir de forma assertiva. Os autores ainda enfatizam que essa gestão eficiente proporcionaria diversos benefícios para as pessoas, dentre os quais estão o consumo consciente, a redução do desperdício e a garantia de um melhor preparo para enfrentar adversidades no futuro.

Por fim, Da Silva e Monteiro (2023) destacaram a importância de esclarecer à sociedade quanto aos benefícios de uma boa educação financeira às pessoas. Para os autores, esses benefícios englobam a habilidade de gerenciar o dinheiro de maneira eficaz, tomar decisões financeiras fundamentadas, além de evitar complicações financeiras e conquistar estabilidade financeira.

Logo, torna-se possível afirmar que a educação financeira não apenas capacita os indivíduos a gerenciar seus rendimentos e despesas de maneira eficaz, mas também para promover um entendimento mais profundo sobre o impacto de suas decisões econômicas no âmbito pessoal e social. Em uma sociedade caracterizada pelo consumo e pela constante necessidade de lidar com desafios financeiros, a educação financeira surge como um alicerce para a formação de hábitos saudáveis, garantindo assim não apenas a realização de metas pessoais, mas também contribuindo para o bem-estar coletivo.

### **2.3. Planejamento Financeiro**

Após compreender do que se trata educação financeira e reconhecer sua importância, torna-se relevante apresentar as ferramentas usadas para que os indivíduos alcancem os resultados desejados. Uma delas diz respeito ao controle sobre as fontes de renda

e seu uso, bem como identificar possíveis sobras ou falta de recursos financeiros no fim de cada período. Esta ação colabora para averiguar a saúde financeira do indivíduo.

Olipio e Marleni (2013) salientam que a primeira etapa para obter uma vida financeira mais estável é basicamente gastar menos do que ganha. Em muitas situações, observa-se que as pessoas gastam além do que recebem, mesmo não tendo e/ou não buscando fontes de renda extra.

No entanto, de acordo com Alves *et. al.* (2020), além de ter somente conhecimento sobre os fundamentos básicos sobre educação financeira, torna-se necessário colocar em prática aquilo que se sabe no dia a dia. Isso envolve registrar as despesas e as receitas e criar um planejamento alinhado a metas realizáveis. No que tange ao uso da renda, os autores aconselham ainda saber a diferenciar os gastos por desejo e gastos por necessidade, pois se trata de um filtro essencial para uma gestão financeira eficiente.

Para tanto, os autores salientaram o uso do orçamento pessoal ou familiar como forma de gestão eficiente das finanças. Neste instrumento, reúnem-se todas as informações relativas às despesas e a renda. Com base nisso, a situação financeira poderá ser analisada, possibilitando delinear objetivos e identificar possíveis inconsistências no uso do dinheiro.

Neste sentido, Krüger (2014) classifica o orçamento como o princípio primordial do planejamento para melhor utilizar os recursos financeiros. O autor acrescenta que o orçamento deve ser feito independentemente de quanto se ganha e/ou de como é a situação financeira do indivíduo. Este registro e seu acompanhamento deve ser uma prática contínua, pois será possível saber como o dinheiro está sendo utilizado.

Por outro lado, Wisniewski (2011) afirma que a deficiência na gestão do orçamento financeiro está associada, frequentemente, pela falta de informação e, assim, de planejamento financeiro. Consequentemente, isto pode produzir impactos negativos e/ou insatisfatórios para a saúde financeira de quem possui este tipo de comportamento.

Pires (2005) acrescenta à análise ao ressaltar a importância de se buscar continuamente outros conhecimentos não somente na área financeira, mas também sobre economia, políticas monetárias e contabilidade. O autor considera estas informações complementares como sendo fundamentais para que as pessoas possam tomar decisões financeiras mais seguras e eficientes, contribuindo significativamente para a melhor gestão das finanças pessoais.

Pires (2005) explicou também que esse entendimento pode ser alcançado por meio de cursos formais, como graduação e pós-graduação, além de outras formas de aprendizado, como palestras, seminários, leituras periódicas, livros especializados e até por meio da internet.

Assim, para todos os autores citados anteriormente, o planejamento financeiro consiste numa estratégia interessante para a realização de sonhos, metas e objetivos pessoais. Na verdade, trata-se de uma ferramenta que permite desenvolver uma visão clara de como o dinheiro está sendo utilizado.

Leite e da Cruz (2022) também ressaltaram que o planejamento financeiro possui um caráter essencial na promoção da educação financeira. Para os autores, esse planejamento não apenas corrobora para decisões assertivas, mas também mapeia a realidade financeira atual e futura, utilizando estratégias para alcançar os objetivos de vida estabelecidos.

Marinho (2022), por sua vez, afirma que ter conhecimento financeiro é mais que fazer um controle de gastos por meio de um planejamento financeiro. Em outras palavras, torna-se necessário modificar hábitos de consumo e de acompanhar rotineiramente os gastos.

Na visão de Hurtado e Freitas (2020), a educação financeira não deve se limitar a obter conhecimentos específicos e isolados, mas também desenvolver indivíduos críticos e capazes de definir metas na vida e escolher os meios adequados para alcançá-las. Além disso, faz parte também do papel da educação financeira promover uma mentalidade preventiva e protetora, instruindo na elaboração de planos de curto, médio e longo prazo e propiciando uma melhoria no âmbito pessoal e familiar.

Dentro desta perspectiva, Pires (2005) enfatizou a importância de uma outra ferramenta que é a poupança, com objetivo especial em montar um fundo de reserva. O autor concluiu que trata-se de um instrumento fundamental para que sejam planejados os futuros objetivos. Aprofundando-se mais, o autor ainda aponta que a maneira de se estimular a poupança é reservar uma porcentagem dos rendimentos mensalmente e aplicar em algum investimento.

Nestes termos, Araújo *et. al.* (2018) associaram a importância do planejamento financeiro a uma vida financeira mais tranquila e um futuro confortável para os indivíduos que o utilizam. Em outras palavras, o planejamento se mostra indispensável para identificar as melhores alternativas a serem seguidas e, assim, obter resultados financeiros satisfatórios.

De forma complementar, Maia (2020) afirmaram que o sucesso ou insucesso do planejamento depende de que ocorram ações contínuas, com objetivos, metas e prazos bem estabelecidos.

Portanto, as ferramentas de planejamento financeiro discutidas pelos autores, como o controle de gastos, o orçamento familiar, a poupança e a definição de metas, são elementos essenciais para a gestão eficiente das finanças pessoais. O uso consciente dessas ferramentas não só permite que o indivíduo acompanhe de forma detalhada suas receitas e despesas, mas também facilita a criação de um plano alinhado com seus objetivos financeiros. Além disso, ao adotar práticas como a diferenciação entre necessidades e desejos, e a criação de um fundo de reserva, o planejamento financeiro contribui para a estabilidade econômica e qualidade de vida do indivíduo.

O impacto dessas práticas se estende à sociedade, pois ao promover uma educação financeira sólida, é possível criar cidadãos mais conscientes e preparados para tomar decisões financeiras assertivas, gerando uma coletividade mais próspera e menos vulnerável a crises econômicas.

#### **2.4. Avaliação do Conhecimento Financeiro**

Diante de tudo discutido até o momento, torna-se importante também encontrar maneiras para mensurar o nível de conhecimento financeiro dos indivíduos. Vale ressaltar que de acordo com diversos entendimentos já apresentados acerca de educação financeira, o conhecimento financeiro é o que proporciona aos indivíduos estarem mais capacitados para tomar decisões assertivas e gerenciar melhor os seus rendimentos.

Para tanto, dentre as metodologias encontradas na literatura, pode mencionar a desenvolvida por Jobim e Losekann (2015).

Os autores utilizam como método de mensuração do conhecimento financeiro em seus estudos uma pontuação variável de 0 a 10 pontos, onde analisaram os indivíduos com base em suas noções acerca de diversos assuntos financeiros, a saber: juros compostos, inflação, valor do dinheiro no tempo e ilusão do dinheiro. Para cada categoria, foram atribuídos o valor de 2,5 pontos.

Assim, os autores classificaram o desempenho dos respondente como baixo (aqueles com pontuação inferior a 5), mediano (aqueles com pontuação entre 5 e inferior a 7,5) e alto (indivíduos com pontuação maior que 7,5).

Já no estudo de Potrich *et. al.* (2013) foi avaliado o conhecimento financeiro por meio de um índice denominado de “Fator de Conhecimento Financeiro”. Este consiste na média de pontuação em questões de conhecimentos básicos e avançados sobre finanças.

No caso das questões de conhecimento básico, englobaram-se questões que envolviam noções de taxa de juros composta, inflação e valor do dinheiro no tempo, onde cada questão possuía o peso de 1,0. Com relação às questões de conhecimento avançado, estas foram analisadas as noções acerca de ações, títulos públicos e diversificação do risco e possuíam o peso de 2,0.

Um resultado comum observado nestes dois estudos mencionados anteriormente foi o de que a maior parte dos indivíduos analisados apresentou baixo ou mediano nível de conhecimento financeiro. Ademais, tratavam-se de um público com ensino superior e que, em muitos casos, tinham cursado áreas com afinidade nas áreas matemáticas e financeiras como, por exemplo, Contabilidade e Ciências Econômicas.

A seguir, apresentar-se-ão a metodologia adotada nesta pesquisa.

### **3. Metodologia**

#### **3.1. Classificação da Pesquisa**

Esta pesquisa é classificada como exploratória e descritiva quanto aos seus objetivos. Ademais, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e um estudo de caso quanto aos meios de investigação.

Raupp e Beuren (2006) afirmam que a pesquisa exploratória é mais apropriada quando o tema é pouco conhecido, servindo para aprofundar a compreensão acerca do assunto, de modo a torná-lo mais claro. Nesse sentido, a pesquisa assim se classifica por explorar o tema selecionado com o objetivo de reunir mais conhecimento sobre a educação financeira.

Gil (2002), por sua vez, define uma pesquisa descritiva como aquela em que o objetivo central é descrever as características de determinada população ou fenômeno. Neste caso, podem ser aplicados questionários para obter dados com o intuito de investigar e descrever uma realidade de interesse. Neste caso, o presente estudo fez uso deste meio para observar o perfil do público-alvo selecionado pela pesquisa, com o intuito de investigar o nível de conhecimento financeiro destes.

Sobra a pesquisa bibliográfica, Fontelles *et. al.* (2009) explicam que uma pesquisa bibliográfica possui embasamento em materiais já conhecidos e publicados. Para os autores,

estudos desta natureza são usados para sintetizar uma base teórica partindo da análise sistemática de livros, periódicos, textos etc. Assim, a referida abordagem foi utilizada para a construção do referencial teórico, sendo importante para fundamentar o referencial teórico e o questionário utilizado nesta pesquisa.

Por fim, Nascimento e Sousa (2016) definem que estudo de caso consiste na análise de um fenômeno específico em um contexto particular. Em outras palavras, trata-se de uma investigação mais aprofundada de um grupo, situação ou evento, proporcionando uma compreensão contextualizada sobre o tema estudado. Neste caso, essa abordagem permitiu identificar características específicas dos servidores da Secretaria das Finanças de Sobral acerca de seu conhecimento em educação financeira.

### 3.2. Amostra

Conforme dados da Secretaria das Finanças de Sobral, o público da Secretaria das Finanças, em maio de 2024, é composto por 58 servidores, dentre os quais há servidores efetivos, comissionados e terceirizados. A amostra ideal é de 51 pessoas, que foi calculada através da fórmula de Slovin, considerando uma margem de erro de 5%.

A Fórmula de Slovin é expressa da seguinte maneira:

$$n = \frac{N}{1+(N*e^2)} \quad (1)$$

Onde:  $n$  é o tamanho da amostra;  $N$  é o tamanho da população; e  $e$  é a margem de erro desejada

### 3.3. Coleta de Dados

Realizou-se a coleta de dados a partir da aplicação de um questionário composto por 30 perguntas de caráter fechado. O documento foi formulado com base nos trabalhos desenvolvidos por Vieira *et. al.* (2019), De Abreu e De Abrantes (2022), Buseti (2012) e Lucci *et. al.* (2006). Vale ressaltar que o questionário foi dividido em 3 blocos descritos a seguir.

O primeiro bloco foi composto por 10 questões e abordou os dados gerais dos entrevistados, a fim de conhecer o perfil geral dos servidores da Secretaria das Finanças. O segundo bloco contemplava 8 questões envolvendo questionamentos sobre as formas de controle financeiro, com o intuito de identificar os hábitos financeiros dos questionados. Finalmente, o terceiro bloco possuía 12 questões, as quais buscava especificamente medir o nível de conhecimento financeiro do público-alvo.

Primeiramente efetuou-se um pré-teste presencialmente junto a 3 servidores da Secretaria das Finanças de Sobral durante o horário comercial. Esta fase ocorreu nos dias 23 e 24 de maio de 2024 e o objetivo foi identificar dificuldades na compreensão das perguntas, bem como erros ou quaisquer outras inconsistências na confecção do questionário. Não foi relatado nenhum problema relacionado à construção do questionário.

Em seguida, foram aplicados os questionários definitivos, também de forma presencial, na Secretaria das Finanças e em horário comercial. Esta fase ocorreu no período de 22 de julho de 2024 e 2 de agosto de 2024, sendo obtidos 37 questionários. Posteriormente, as informações coletadas foram registradas num banco de dados criado no software Excel.

Já a análise dos dados foi realizada mediante a confecção de gráficos e tabelas.

### **3.4. Avaliação do Nível de Educação Financeira**

Para se avaliar nível de conhecimento financeiro, utilizou-se o método de Claudino *et. al.* (2009). Neste caso, atribuiu-se ao bloco 3 do questionário, o qual trata do nível de conhecimentos financeiros do público-alvo, uma pontuação entre 0 e 100% de acordo com o percentual de questões respondidas corretamente pelos entrevistados.

Os autores supracitados classificaram o nível de conhecimento financeiro dos questionados conforme o gabarito dos questionários das seguintes formas:

- Acertos com pontuação entre 0 e 60% foram definidos como nível de conhecimento financeiro insuficiente;
- aqueles que obtiveram pontuação entre 61 e 75% foram classificados como de nível de conhecimento financeiro intermediário;
- já os que atingiram a pontuação de acertos entre 76 e 100% foram definidos com o nível de conhecimento financeiro satisfatório.

A seguir, apresentar-se-á a análise dos resultados obtida a partir da pesquisa.

## **4. Análise dos Resultados**

### **4.1. Dados gerais dos servidores**

Responderam ao questionário 22 servidores do sexo feminino e 15 servidores do sexo masculino, o que corresponde a 59% e 41%, respectivamente. Sendo que destes, 16 (43%)

possuem idade acima dos 40 anos, 11 (30%) tem idade entre 18 e 30 anos e 10 (27%) estão entre 31 e 40 anos, conforme mostra a Tabela 1.

Tabela 1 - Número total e percentual de servidores, por faixa etária.

<b>Idade</b>	<b>Total</b>	<b>Percentual</b>
Entre 18 e 30 anos	11	30%
Entre 31 e 40 anos	10	27%
Acima dos 40 anos	16	43%
Total	37	100%

Fonte: autoria própria.

Sobre ao estado civil, verificou-se que a maior parte dos servidores são casados ou possuem união estável, sendo 19 (51%). Já os demais respondentes se declararam como sendo solteiros, correspondendo a 18 (49%).

Em relação ao grau de escolaridade, de acordo com a Tabela 2, constatou-se que 17 servidores (46%) possuem pós-graduação completa, 8 (22%) possuem ensino superior completo, 6 (16%) ensino superior incompleto, 3 (8%) ensino médio completo, 2 (5%) ensino médio incompleto e 1 servidor (3%) possui pós-graduação incompleta, como mostra a Tabela 2.

Tabela 2 - Grau de Escolaridade.

<b>Grau de escolaridade</b>	<b>Total</b>	<b>Percentual</b>
Ensino Médio Incompleto	2	5%
Ensino Médio Completo	3	8%
Ensino Superior Incompleto	6	16%
Ensino Superior Completo	8	22%
Pós-graduação Incompleta	1	3%
Pós-graduação Completa	17	46%
Total	37	100%

Fonte: autoria própria.

O número significativo de servidores com ensino superior ou pós-graduação pode ser explicado por se tratar de um setor que exige um maior nível de formação. Fazem parte deste público como, por exemplo, auditores fiscais de tributos, que exige pelo menos ensino superior completo. Este dado também pode sugerir que se trata de um grupo bem instruído em relação aos instrumentos de conhecimento financeiro.

No que diz respeito ao tamanho da família, observou-se que 20 (54%) respondentes tem a família constituída por pelo menos 4 membros. Ademais, 14 (38%) declararam possuir

de 2 a 3 membros em sua família. Por outro lado, somente 3 (8%) declararam que não possuem membros da família. Estas informações estão apresentadas na Tabela 3.

Tabela 3 - Quantidade membros na família.

<b>Membros na família</b>	<b>Total</b>	<b>Percentual</b>
Apenas eu	3	8%
2 Pessoas	8	22%
3 Pessoas	6	16%
4 Pessoas ou mais	20	54%
<b>Total</b>	<b>37</b>	<b>100%</b>

Fonte: autoria própria.

Quando questionados sobre a quantidade de filhos, 18 (49%) dos servidores informaram que não possuem filhos, 7 (19%) possuem 2 filhos, 7 (19%) possuem 3 filhos ou mais e 5 (14%) possuem um único filho.

Analisando a Tabela 4, a maioria dos servidores possui uma renda acima dos R\$4.500,00 (51%), enquanto 24% possuem rendimentos entre R\$3.001,00 e R\$4.500,00. Por outro lado, 14% dos servidores recebem entre R\$2.001,00 e R\$3.000,00 e 11% recebem até R\$2.000,00. Vale ressaltar que os salários mais elevados podem estar relacionados ao maior nível instrução/formação.

Tabela 4 - Renda média mensal.

<b>Renda média mensal</b>	<b>Total</b>	<b>Percentual</b>
Até R\$2.000,00	4	11%
R\$2.001,00 a R\$3.000,00	5	14%
R\$3.001,00 a R\$4.500,00	9	24%
Acima de R\$4.500,00	19	51%
<b>Total</b>	<b>37</b>	<b>100%</b>

Fonte: autoria própria.

Ao realizar o cruzamento de dados quanto ao nível de renda e grau de escolaridade, têm-se as seguintes análises:

- Para os servidores que recebem acima de R\$4.500,00, percebeu-se que 74% possuem pós-graduação completa, 11% têm ensino superior completo, 11% têm ensino superior incompleto e 4% pós-graduação incompleta;
- Para os servidores que recebem entre R\$3.001,00 e R\$4.500,00, 44% tem ensino superior completo, 34% possuem ensino superior incompleto, 11%, pós-graduação completa e outros 11% ensino médio completo;

- Para os servidores que recebem entre R\$2.001,00 e R\$3.000,00, 40% tem pelo menos ensino superior completo, 40% com pós-graduação completa e 20% ensino médio completo;
- Para os servidores que recebem até R\$2.000,00, 50% possuem ensino médio incompleto, 25%, ensino médio completo e outros 25%, ensino superior incompleto.

Assim, analisando os dados cruzados entre nível de renda e grau de escolaridade, constatou-se que existe uma relação direta entre esses dados, uma vez que quanto maior o grau de instrução, maiores os rendimentos dos servidores. Isso pode sinalizar que quanto maior o grau de instrução maior seria o nível de conhecimento financeiro.

Sobre a questão relativa à participação do questionado no orçamento familiar, os dados apontaram que 12 (32%) dos servidores são responsáveis por mais de 75% na renda familiar. No demais casos, obteve-se as seguintes respostas: 10 (27%) dos questionados respondem por 50% a 75% das finanças familiares; 8 (22%) dos servidores são responsáveis por menos de 25% na renda familiar; por fim, 7 (19%) arcam com 25% a 50% da renda familiar. Estes dados sugerem que muitos servidores são os principais provedores em sua família.

Analisando os dados de forma mais detalhada, sugere-se uma tendência entre os servidores casados ou em união estável de assumirem o papel de principais provedores em suas casas, especialmente nas faixas de renda que contribuem entre 50% e 75% do total familiar, pois 70% dos servidores deste grupo são casados ou possuem uma união estável. Em contraste, tem-se a faixa de renda que contribui com menos de 25%. Estes correspondem a 75% dos servidores declarados como sendo solteiros, sugerindo que tais questionados podem não ser os principais provedores de seus lares.

No que se refere ao tipo de vínculo empregatício com a prefeitura, verificou-se que 17 (46%) dos entrevistados são servidores efetivos, enquanto 14 (38%) são servidores comissionados ou não efetivos e somente 6 (16%) são servidores terceirizados. Isso sugere que quase metade dos servidores possuem uma estabilidade em seus ganhos mensais.

Ao investigar a existência de alguma relação entre a natureza do vínculo empregatício com o grau de escolaridade, constatou-se os seguintes resultados:

- No caso dos servidores comissionados (não efetivos), 57% possuem pós-graduação completa, 21% possuem ensino superior incompleto, 14% têm ensino superior completo e 8% possuem apenas o ensino médio completo;

- Quanto aos servidores efetivos, verificou-se que 47% possuem pós-graduação completa, 29%, ensino superior completo, 12% têm ensino superior incompleto, 6%, pós-graduação incompleta e outros 6% possuem ensino médio completo;
- Já com relação aos terceirizados, notou-se que 32% possuem ensino médio incompleto, 17% possuem ensino médio completo, 17% ensino superior completo, outros 17% ensino superior incompleto e mais 17% possuem pós-graduação completa.

Estes dados indicariam que a qualificação educacional tende a ser maior entre os servidores efetivos e comissionados em relação aos terceirizados, refletindo uma possível correlação entre o tipo de vínculo empregatício e o nível de escolaridade. Isso também poderia produzir impactos sobre o nível de conhecimento financeiro para determinados grupos.

Quando se cruzaram os dados quanto à natureza do vínculo empregatício com o nível de renda, obteve-se os seguintes resultados:

- A maioria dos servidores comissionados (não efetivos) tem uma renda acima de R\$4.500,00 (57%), 21% recebem entre R\$3.001,00 e R\$4.500,00, enquanto 14% recebem entre R\$2.001,00 e R\$3.000,00 e apenas 8% têm rendimentos até R\$2.000,00;
- No caso dos servidores efetivos, 65% têm a renda acima de R\$4.500,00, enquanto 29% recebem entre R\$3.001,00 e R\$4.500,00 e 6% recebem entre R\$2.001,00 e R\$3.000,00;
- Quanto aos servidores terceirizados, 50% recebem até R\$2.000,00, outros 33% têm a renda entre R\$2.001,00 e R\$3.000,00 e apenas 17% recebem entre R\$3.001,00 e R\$4.500,00.

Isso demonstraria uma diferença nos níveis de renda entre os diferentes tipos de servidores, com os efetivos e comissionados tendendo a ter salários mais altos, enquanto os terceirizados estão mais concentrados nas faixas de renda mais baixas. Novamente, estas informações podem ter relação com o nível de conhecimento financeiro dos diferentes grupos.

Quando questionados quanto ao tempo de atuação na Instituição, 24 (65%) dos servidores trabalham há mais de 5 anos na Secretaria das Finanças. Já 7 (19%) responderam que estão trabalhando na secretaria há durante o período de 3 a 5 anos, 5 (14%) declaram o tempo de trabalho entre 1 e 2 anos e apenas 1 (3%), menos de 1 ano.

#### **4.2. Formas de controle das finanças**

A tabela 5 mostra como os servidores controlam e planejam suas finanças as suas finanças pessoais.

Tabela 5 - Forma de acompanhamento das finanças.

<b>Forma de acompanhamento</b>	<b>Total</b>	<b>Percentual</b>
Não faço registro das minhas transações financeiras	5	14%
Anoto em um caderno	7	19%
Acompanho apenas o extrato bancário	7	19%
Utilizo uma planilha eletrônica	18	49%
<b>Total</b>	<b>37</b>	<b>100%</b>

Fonte: autoria própria.

Assim, 18 (49%) destes declaram que utilizam planilhas eletrônicas para acompanhar suas finanças, enquanto 7 (19%) apenas anota em um caderno. Por outro lado, 7 (19%) responderam acompanhar apenas por extrato bancário e, por fim, 5 (14%) não fazem nenhum registro das transações financeiras. Isso sugere que parte dos servidores têm consciência de que é importante acompanhar, de alguma forma, as suas finanças pessoais.

Ao realizar o cruzamento de dados relativos a nível de renda e formas de acompanhamento financeiro, os dados mostraram que a maioria das pessoas que possuem rendimentos acima de R\$4.500,00 fazem um acompanhamento mais frequente das suas finanças em relação aos outros grupos. Neste caso, 68% deste público afirmou acompanhar rotineiramente as finanças a partir de planilhas eletrônicas, considerada por muitos consultores financeiros como sendo uma boa ferramenta de análise. Por outro lado, 22% dos questionados acompanham apenas o extrato bancário, enquanto 5% anotam em um caderno e outros 5% não fazem registro das transações.

Em outras palavras, isso demonstraria que os indivíduos com maior renda tendem a usar ferramentas mais sofisticadas para gerenciar suas finanças.

O contrário pode ser dito para as faixas de renda menores. Os grupos com rendimentos até R\$2.000,00, por exemplo, apresentaram um comportamento heterogêneo em termos de registro das finanças: apenas 25% utilizam planilha eletrônica; 25% anotam em caderno; 25% acompanham apenas o extrato bancário; e 25% não fazem nenhum registro. Isso sugere que pessoas com menor renda podem ter menos acesso ou conhecimento sobre ferramentas digitais de gestão financeira.

Um comportamento semelhante (heterogeneidade) foi identificado no caso dos servidores que recebem entre R\$3.001,00 e R\$4.500,00, onde 34% anotam em um caderno;

22% acompanham apenas o extrato bancário; 22% utilizam uma planilha eletrônica e outros 22% não fazem nenhum registro.

Além disso, entre aqueles que ganham entre R\$2.001,00 e R\$3.000,00, 40% utilizam planilhas eletrônicas; outros 40% anotam em um caderno e 20% não fazem registros das transações. Isso pode impactar negativamente na organização financeira desse grupo.

De maneira geral, pode-se verificar que o uso de métodos mais estruturados para controle financeiro, como as planilhas eletrônicas, tem sido feito de forma preponderante pelos questionados inseridos no mais elevado nível de renda. Para as demais classes, observou-se um comportamento heterogêneo. Estes achados podem sinalizar níveis diferentes em termos de conhecimento financeiros entre os grupos.

Os resultados sugeriram ainda uma relação entre o nível de instrução e o método de acompanhamento financeiro utilizado:

- Com relação aos servidores que possuem ensino médio incompleto, 50% acompanham apenas o extrato bancário e 50% não fazem nenhum registro de suas transações;
- Servidores com ensino médio completo (100%) anotam em um caderno;
- Daqueles com ensino superior incompleto, 83% utilizam planilhas eletrônicas e apenas 17% anotam em um caderno;
- No nível superior completo, notou-se mais heterogeneidade, sendo que 25% anotam em um caderno; 25% acompanham apenas o extrato bancário; 38% não fazem nenhum registro e apenas 12% utilizam planilhas eletrônicas;
- Já no caso daqueles que possuem pós-graduação incompleta, 100% utilizam planilhas eletrônicas;
- Por fim, no caso daqueles servidores com pós-graduação completa, a maior parte (65%) utiliza planilhas eletrônicas; 23% acompanham apenas o extrato bancário; 6% anotam em um caderno e outros 6% não fazem nenhum registro.

Diante dos dados, verificou-se que aqueles com níveis de escolaridade menores costumam preferir métodos manuais e/ou ferramentas menos sofisticadas. Quando se observou os dados dos servidores que têm contato com um nível superior completo ou incompleto, notou-se que estes já começam a fazer um controle mais sofisticado (embora ainda haja uma parte considerável daqueles com ensino superior completo que não fazem registro (38%)).

Ademais, aqueles com pós-graduação completa ou incompleta, mostraram uma maior tendência ao uso de planilhas eletrônicas (65% e 100%, respectivamente), o que pode sugerir um nível mais elevado de organização e controle financeiro.

Portanto, o nível de escolaridade parece influenciar o método de acompanhamento financeiro adotado, com uma clara preferência por tecnologias entre os mais qualificados academicamente. Por outro lado, os menos instruídos parecem preferir métodos menos estruturados.

A pesquisa também trouxe os seguintes resultados quando cruzados os dados de faixa etária e o método de acompanhamento:

- Entre os mais jovens (entre 18 e 30 anos), 73% utilizam planilhas eletrônicas e 27% acompanham apenas o extrato bancário;
- Na faixa entre 31 e 40 anos notou-se um comportamento heterogêneo, sendo que 50% utilizam planilhas eletrônicas; 20% acompanham apenas o extrato bancário; 20% anotam em um caderno e apenas 10% não fazem registros das transações;
- Servidores com idade acima dos 40 anos, 31% utilizam planilhas eletrônicas; 31% anotam em um caderno; 13% acompanham apenas o extrato bancário e 25% não registram suas transações.

Diante destes dados, pôde-se inferir que os mais jovens (entre 18 e 30 anos) têm mais contato ou afinidade com ferramentas mais sofisticadas como as planilhas eletrônicas. Por outro lado, os servidores com idade mais elevada (acima de 40 anos) preferem métodos manuais ou menos sofisticados. Além disso, os dados podem sugerir que a proporção dos que não acompanham suas finanças cresce à medida em que a idade vai aumentando.

Quando questionados sobre a frequência com que fazem o acompanhamento das finanças pessoais, observou-se que 23 (68%) dos servidores fazem o acompanhamento semanalmente, enquanto 8 (24%) acompanham diariamente. Por outro lado, 2 (6%) declararam fazer quinzenalmente e 1 (2%), mensalmente.

A tabelas 6, 7 e 8 apresentam os 3 principais gastos classificados pelos servidores da Secretaria das Finanças. Nesta pergunta, permitiu-se assinalar de 1 (sendo o mais importante) a 3 (sendo o menos importante) itens. Assim, as referidas tabelas descrevem o universo das respostas sobre os itens assinalados como sendo o 1º, o 2º e o 3º principal gasto. As análises especificamente se concentraram somente nos itens de maior destaque em cada grupo.

Tabela 6 - 1º Principal Gasto.

<b>1º Principal gasto</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa</b>
Alimentação	25	71%
Aluguel	6	17%
Contas de serviços públicos (ex. água, luz e gás)	1	3%
Educação	2	6%
Transporte	1	3%
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100%</b>

Fonte: autoria própria.

No grupo do 1º principal gasto (Tabela 6), 25 (71%) servidores destacaram o item Alimentação como sendo o principal gasto no orçamento familiar.

Tabela 7 - Segundo principal gasto.

<b>2º Principal gasto</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa</b>
Alimentação	7	20%
Aluguel	11	31%
Contas de serviços públicos (ex. água, luz e gás)	7	20%
Educação	5	14%
Lazer / entretenimento	1	3%
Transporte	4	11%
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100%</b>

Fonte: autoria própria.

Já em relação ao grupo do 2º principal gasto (Tabela 7), obtiveram-se as seguintes respostas: 11 (31%) destacaram o Aluguel; 7 (20%) apontaram a alimentação; e 7 (20%) consideram as contas de serviços públicos (ex. água, luz e gás).

Tabela 8 - Terceiro principal gasto.

<b>3º Principal gasto</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa</b>
Alimentação	2	6%
Aluguel	4	11%
Contas de serviços públicos (ex. água, luz e gás)	11	31%
Educação	3	9%
Lazer / Entretenimento	6	17%
Transporte	6	17%
Vestuário	3	9%
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100%</b>

Fonte: autoria própria.

Finalmente, para o grupo do 3º principal gasto (Tabela 8), 11 (31%) servidores apontaram como sendo gastos com Contas de serviços públicos, enquanto 6 (17%) afirmaram ser os gastos com transporte e outros 6 (17%) destacaram o Lazer/Entretenimento.

Portanto, quanto aos principais gastos dos servidores, predominaram-se os gastos com alimentação, aluguel e contas de serviços públicos. Isso pode demonstrar que a maior parte dos gastos dos servidores estão relacionados com necessidades básicas

Quando questionados sobre o percentual do orçamento destinado à poupança (Tabela 9), observou-se que 19 (51%) servidores reservam entre 1% e 10%, enquanto 4 (11%) guardam entre 10% e 20% e outros 4 (11%) destinam mais que 20%. Por outro lado, 10 (27%) não reserva nenhum valor. Esses dados sugerem que a maioria dos servidores reservam para a poupança. No entanto, ainda há uma parcela significativa que ainda não tem essa prática, o que pode indicar a necessidade de uma conscientização sobre o tema.

Tabela 9 - Percentual de Poupança.

<b>Percentual de poupança</b>	<b>Total</b>	<b>Percentual</b>
Não reservo nenhum valor	10	27%
Entre 1% e 10%	19	51%
Entre 10% e 20%	4	11%
Mais de 20%	4	11%
Total	37	100%

Fonte: autoria própria.

Ao cruzar os dados de percentual de poupança com a faixa etária, verificou-se os seguintes resultados:

- Entre 18 e 30 anos, 82% afirmou poupar entre 1% e 10% e apenas 18% não reserva nenhum valor;
- Entre 31 e 40 anos, 40% poupam entre 10% e 20%; 30% poupam entre 1% e 10%; 10% poupam mais que 20% e os outros 20% não reservam nada;
- No caso dos que tem idade acima de 40 anos, 44% poupa entre 1% e 10%; 19% poupam mais que 20% e 38% não reservam nenhum valor.

Assim, os dados sugerem que os jovens possuem maior consciência sobre a necessidade de poupar, ainda que em percentuais menores, mas também têm menos propensão a não reservar nada. Já os indivíduos mais velhos mostram uma distribuição mais diversificada

nas suas práticas de poupança, refletindo possíveis mudanças nas prioridades financeiras ao longo da vida. No entanto, um ponto de atenção é que ainda uma parcela considerável dos mais velhos (38%) não reserva nenhum valor, o que pode ser um indicativo de que, para alguns, o planejamento para o futuro ainda não é uma prioridade, mesmo em uma fase da vida onde isso costuma ser mais relevante.

Os dados sugeriram uma relação entre o nível de instrução e seus hábitos de poupança:

- Servidores com ensino médio incompleto apresentaram comportamento polarizado, onde 50% poupam entre 1% e 10% e 50% não reservam nenhum valor;
- No caso daqueles que têm ensino médio completo, 33% poupam entre 1% e 10% e 67% não reservam nenhum valor;
- Aqueles com ensino superior incompleto, 67% poupam entre 1% e 10% e 33% não reservam nenhum valor;
- Dos servidores com ensino superior completo, 38% poupam entre 1% e 10%; 24% poupam mais que 20% e 38% não reservam nada;
- Todos os servidores com pós-graduação incompleta (100%) reservam pelo menos entre 1% e 10%;
- Por fim, daqueles que têm pós-graduação completa, 52% poupam entre 1% e 10%; 24% poupam entre 10% e 20%; 12% poupam mais que 20% e apenas 12% não reservam nada.

Com base nas informações apresentadas, observa-se que há uma relação clara entre o nível de instrução e os hábitos de poupança. Os servidores com menor nível de escolaridade, como os que possuem apenas o ensino médio completo ou incompleto, tendem a não reservar nenhum valor de suas rendas.

Por outro lado, à medida que o nível de escolaridade aumenta, observa-se uma maior tendência à poupança, especialmente entre aqueles com ensino superior completo e pós-graduação. Estes últimos, em sua maioria, conseguem poupar regularmente, sendo que uma parte significativa reserva mais de 10% de sua renda. A consistência na poupança parece estar mais presente entre indivíduos com maior nível de instrução, sugerindo que a educação pode influenciar positivamente os hábitos financeiros.

Quando analisados os dados de renda e hábitos de poupança, os resultados foram os seguintes:

- Dos servidores que recebem até R\$2.000,00, 50% poupa entre 1% e 10%, mas 50% não reserva nenhum valor;
- Entre aqueles que recebem entre R\$2.001,00 a R\$3.000,00, 60% poupam entre 1% e 10%; 20% reservam mais que 20% e outros 20% não reservam nenhum valor;
- Quanto aos que recebem entre R\$3.001,00 e R\$4.500,00, 44% poupam entre 1% e 10%; 12% reservam mais que 20% e outros 44% não reservam nenhum valor;
- Por fim, entre os que recebem acima de R\$4.500,00, 53% destes poupam entre 1% e 10%; 21% reservam entre 10% e 20%; 11% reservam mais que 20% e apenas 16% não reservam nenhum valor.

A análise dos hábitos de poupança em relação à renda dos servidores revelou uma tendência interessante. Aqueles com rendimentos mais baixos (ou seja, até R\$2.000,00), apresentam um comportamento polarizado, onde metade consegue poupar, ainda que em uma porcentagem menor, enquanto a outra metade não reserva nada.

No entanto, conforme a renda aumenta, observa-se uma maior diversificação nos hábitos de poupança. Já entre os servidores que recebem acima de R\$4.500,00, a maioria consegue poupar uma parcela de sua renda, com destaque para 11% que conseguem poupar mais de 20%.

Estes dados sugerem que a capacidade de poupança tende a aumentar com a renda. Ademais, indicariam também que, independentemente do nível de renda, uma parte significativa dos servidores não consegue reservar nenhum valor, apontando para a necessidade de uma educação financeira mais robusta, em especial para aqueles com um nível de renda menor.

Quando relacionados os dados de formas de acompanhamento das finanças com os hábitos de poupança, os dados indicaram que:

- Entre aqueles que utilizam planilhas eletrônicas para acompanhar suas finanças, 72% reserva entre 1% e 10%; 6% poupam entre 10% e 20%; 11% reservam mais que 20% e 11% não reservam nenhum valor;
- Dos servidores que acompanham apenas pelo extrato bancário, 42% poupam entre 1% e 10%; 29% reservam entre 10% e 20% e outros 29% não reservam nenhum valor;

- No caso dos que anotam em um caderno, 29% poupam entre 1% e 10%; 14% reservam entre 10% e 20%; outros 14% poupam mais que 20% e 43% não reservam nenhum valor.
- E entre aqueles que não registram suas transações, 20% reservam entre 1% e 10%; 20% reservam mais que 20% e 60% não reservam nenhum valor.

Os resultados mostraram que pode haver uma forte relação entre a forma de controle das finanças e o hábito de poupar.

Aqueles que utilizam planilhas eletrônicas apresentaram uma maior consistência em poupar, uma vez que 89% conseguem poupar e apenas 11% não reservam nada.

No caso dos que acompanham apenas o extrato bancário, o percentual dos que poupam algum valor é de 71% e dos que não poupam é de 29%.

Além disso, entre aqueles anotam em um caderno, o percentual dos que conseguem poupar algum valor é de 57%, enquanto 43% não reservam nada.

Por fim, entre aqueles que não fazem registros das transações, a maioria (60%) não tem o hábito de poupar e 40% reservam algum valor.

Diante destes resultados, pode-se sugerir que o uso de métodos mais organizados, como as planilhas eletrônicas, tende a ser mais eficaz na criação de hábitos de poupança. Por outro lado, a falta de registro financeiro parece estar associada à ausência de poupança.

A Tabela 10 expõe a situação dos servidores com relação à aposentadoria.

Tabela 10 - Situação dos servidores em relação à aposentadoria.

<b>Situação em relação à aposentadoria</b>	<b>Total</b>	<b>Percentual</b>
Ainda não me preocupei com isso	7	19%
Pretendo começar a poupar com esse objetivo	16	43%
Pretendo ter apenas a aposentadoria disponibilizada pelo governo	4	11%
Invisto em um plano de previdência/poupança própria para minha aposentadoria	10	27%
<b>Total</b>	<b>37</b>	<b>100%</b>

Fonte: autoria própria.

Verificou-se que 16 (43%) servidores pretendem começar a poupar para a aposentadoria, enquanto 10 (27%) investem em um plano de previdência/poupança própria. No entanto, 7 (19%) dos questionados ainda não se preocuparam com esse tema e 4 (11%) pretendem ter apenas a aposentadoria disponibilizada pelo governo. Isso demonstra que a maior

parte dos servidores ainda não reserva nenhum valor com esse objetivo, embora uma parte considerável perceba a importância.

Ao cruzar os dados da situação em relação à aposentadoria com a faixa etária, obteve-se os seguintes resultados:

- Entre os mais jovens (18 a 30 anos), constatou-se que 73% pretendem começar a poupar, 18% já investe em um plano de previdência próprio e apenas 9% ainda não se preocupa com o assunto;
- Entre 31 e 40 anos, 40% já investem um plano de previdência próprio, 40% pretende começar a poupar com esse objetivo e 20% ainda não se preocupa com esse tema;
- Já entre aqueles que tem idade acima de 40 anos, 25% já investe em uma previdência própria, 25% pretendem começar a poupar para esse objetivo, 25% ainda não se preocupou com esse tema e outros 25% pretende ter apenas a aposentadoria oferecida com pelo governo.

A análise da relação entre a faixa etária e a preocupação com a aposentadoria revela tendências distintas entre os grupos.

Entre os mais jovens, com idades entre 18 e 30 anos, a maioria deve ter uma consciência sobre a importância de poupar para a aposentadoria, mas somente uma pequena parcela já investe com esse objetivo.

No caso daqueles com idade entre 31 e 40 anos, observa-se um maior equilíbrio entre os que já investem em uma previdência própria e os que pretendem começar a poupar, refletindo uma maior consciência financeira à medida que se aproximam de uma fase mais madura da vida.

Por outro lado, entre os mais velhos (acima e 40 anos), o percentual daqueles que investem em algo para complementar a aposentadoria pode ser considerado baixo (25%). O mesmo pode ser dito em relação ao percentual dos que ainda pretendem começar (25%). Estes dados podem sugerir uma relação negativa entre a faixa etária e a preocupação com a aposentadoria, ou seja, que a consciência financeira quanto à aposentadoria diminui conforme a idade aumenta.

Outro resultado que chamou à atenção está relacionado com o caso dos que não se preocupam com o tema, uma vez que os mais velhos representam, proporcionalmente, a maioria.

Os dados revelaram ainda uma variação significativa nas atitudes em relação à aposentadoria entre diferentes faixas de renda, conforme os dados a seguir:

- Entre aqueles que ainda não se preocupam com a aposentadoria, 29% recebem até R\$2.000,00; 29%, entre R\$2.001,00 e R\$3.000,00; 13% recebem entre R\$3.001,00 e R\$4.500,00 e 29% ganham acima de R\$4.500,00;
- Com relação aos que já investem em um plano de previdência próprio, a maioria (70%) recebe acima de R\$4.500,00; 20% recebem entre R\$3.001,00 e R\$4.500,00 e 10% ganham entre R\$2.001,00 e R\$3.000,00;
- No caso dos que pretendem começar a poupar com esse objetivo, 56% ganham acima de R\$4.500,00; 25% recebem entre R\$3.001,00 e R\$4.500,00; 13%, R\$2.001,00 e R\$3.000,00 e 6% recebem até R\$2.000,00;
- Por fim, com relação aos que pretendem ter apenas a aposentadoria disponibilizada pelo governo, 50% recebem entre R\$3.001 e R\$4.500,00; 25% ganham acima de R\$4.500,00 e outros 25% recebem até R\$2.000,00.

Ao analisar a relação entre a faixa de renda e as atitudes em relação à aposentadoria, percebe-se uma correlação entre a renda e a preocupação com a segurança financeira futura. Neste caso, a maioria dos que já investem em um plano de previdência próprio possui rendimentos mais elevados, acima de R\$4.500,00, sugerindo que maiores rendimentos possibilitam uma maior capacidade e preocupação com a preparação para o futuro.

Entre aqueles que planejam começar a poupar, também é predominante a presença de indivíduos com rendas superiores, o que reforça a ideia de que a renda mais alta está associada a um planejamento financeiro mais sólido.

Por outro lado, aqueles que ainda não se preocupam com a aposentadoria estão distribuídos de maneira relativamente uniforme entre diferentes faixas de renda, o que pode indicar uma falta de conscientização ou planejamento independente da renda.

Esses padrões podem indicar que a renda é um fator determinante na forma como as pessoas se preparam para a aposentadoria, influenciando tanto a capacidade quanto a decisão de investir em segurança financeira a longo prazo.

No tocante à forma como a maior parte dos servidores se atualiza sobre as formas de controle financeiro (Tabela 11), observou-se que mais da metade se informa sobre o tema de alguma forma.

Neste caso, as principais respostas obtidas foram as seguintes: 14 (38%) participantes da pesquisa se atualizam por meio de vídeos educativos em redes sociais; 5 (14%) servidores leem livros sobre finanças pessoais; e 2 (5%) questionados participam de cursos presenciais ou online sobre educação financeira. Por outro lado, 16 (43%) dos servidores não se atualizam sobre o tema, o que corroborar ainda para a necessidade de mais incentivos nessa área.

Tabela 11 - Formas de atualização sobre finanças.

Forma de atualização sobre finanças	Total	Percentual
Assiste a vídeo educativos sobre finanças pelas redes sociais	14	38%
Cursos presenciais ou online sobre educação financeira	2	5%
Livros sobre finanças pessoais	5	14%
Não me atualizo sobre esse tema	16	43%
Total	37	100%

Fonte: autoria própria.

Os resultados apontaram que a maneira como as pessoas se atualizam sobre finanças varia significativamente conforme a faixa etária, como pode-se notar a seguir:

- Entre os servidores com idade entre 18 e 30 anos, 55% assistem a vídeo educativos; 18% utilizam livros sobre finanças; 9% preferem os cursos presenciais ou online e 18% não se atualizam sobre o tema;
- Na faixa entre 31 e 40 anos, 30% assistem a vídeos educativos; 20% preferem os livros sobre finanças e 50% não se atualizam sobre o tema;
- Já entre aqueles acima de 40 anos, a maioria não se atualiza sobre o tema (57%), enquanto 31% assistem a vídeos educativos, 6% preferem os livros sobre finanças e outros 6% se atualizam por meio de cursos presenciais ou online.

Entre os mais jovens, com idades entre 18 e 30 anos, há uma tendência marcante em buscar conhecimento por meio de vídeos educativos, sugerindo uma preferência por formas de aprendizado mais dinâmicas e acessíveis.

Em contraste, servidores na faixa etária de 31 a 40 anos mostram uma diminuição no uso de vídeos educativos, ao mesmo tempo em que uma parcela significativa não se atualiza sobre o tema, o que pode indicar uma menor prioridade ou falta de tempo para o aprendizado financeiro.

Já entre os indivíduos acima de 40 anos, a maioria não se atualiza sobre finanças, o que pode refletir uma falta de interesse ou a crença de que já possuem conhecimento suficiente.

No entanto, aqueles que buscam se informar ainda preferem vídeos, destacando a popularidade desse formato entre todas as idades, embora com uma adesão menor comparada aos mais jovens. Esses padrões sugerem que as estratégias de educação financeira devem ser adaptadas às diferentes faixas etárias, com ênfase em formatos e abordagens que ressoem melhor com cada grupo.

Em relação à frequência como que os questionados acompanham os fatos econômicos do país, 14 (38%) servidores responderam que acompanha apenas em momentos específicos como, por exemplo, em períodos de crise, enquanto 8 (22%) acompanham diariamente e 10 (27%), semanalmente. Por outro lado, 1 (3%) declararam fazer este acompanhamento apenas mensalmente e 4 (11%), nunca acompanham fatos econômicos.

Ademais, verificou-se que 31 (84%) servidores concordam totalmente e 5 (14%) concordam parcialmente que os acontecimentos econômicos possuem impacto em suas finanças pessoais, enquanto apenas 1 (3%) discordam parcialmente. Isso demonstra que a maior parte dos servidores têm consciência sobre a importância e influência dos eventos macroeconômicos em suas vidas.

A seguir apresentar-se-ão os resultados acerca do conhecimento financeiros dos servidores da Secretaria das Finanças de Sobral.

### 4.3. Análise do Conhecimento Financeiro

A tabela 12 mostra os resultados obtidos sobre o nível de conhecimentos financeiros dos servidores públicos da Secretaria das Finanças de Sobral.

Tabela 12- Nível de conhecimento financeiro dos servidores

<b>Nível de conhecimento Financeiro</b>	<b>Total</b>	<b>Percentual</b>
Insuficiente	14	38%
Intermediário	3	8%
Satisfatório	20	54%
Total Geral	37	100%

Fonte: autoria própria.

Quando analisados os resultados gerais sobre o conhecimento financeiro dos servidores os dados indicaram que a maioria dos servidores (54%) possui um conhecimento financeiro satisfatório, o que sugere que mais da metade tem uma boa base para tomar decisões financeiras informadas.

No entanto, 38% demonstraram ter um nível de conhecimento financeiro insuficiente, o que pode dificultar a gestão eficiente de suas finanças pessoais e a realização de seus objetivos financeiros.

Por fim, apenas 8% apresentam um nível intermediário de conhecimento, mostrando uma lacuna significativa entre aqueles com entendimento básico e aqueles com uma compreensão mais sólida.

Estes resultados sugerem a necessidade de iniciativas de educação financeira, especialmente, para o grupo com conhecimento insuficiente, a fim de melhorar a segurança financeira geral.

Ao comparar o nível de conhecimento financeiro entre gêneros, observou-se os seguintes resultados:

- No nível satisfatório, 55% são mulheres e 45% são do sexo masculino;
- Em nível intermediário, 67% são do sexo feminino e 33% são do sexo masculino;
- Já no nível insuficiente, 64% dos servidores são do sexo feminino e 36% do sexo masculino;

Quando analisados os dados de conhecimento financeiro por gênero, notou-se os seguintes resultados:

- 50% das mulheres obtiveram um nível de conhecimento financeiro satisfatório, enquanto 9%, nível intermediário e 41% estão num nível insuficiente;
- 60% dos homens têm um nível satisfatório, 7% possuem nível satisfatório e 33% têm um nível insuficiente.

Quando analisado o nível de conhecimento financeiro por gênero, percebeu-se que os homens têm uma ligeira vantagem em termos de conhecimento satisfatório, com 60% deles atingindo esse nível, em comparação com 50% das mulheres.

Por outro lado, 41% das mulheres possuem um conhecimento financeiro insuficiente, um pouco acima dos 33% observados entre os homens.

Já no nível intermediário, a diferença é pequena, com 9% das mulheres e 7% dos homens se enquadrando nessa categoria.

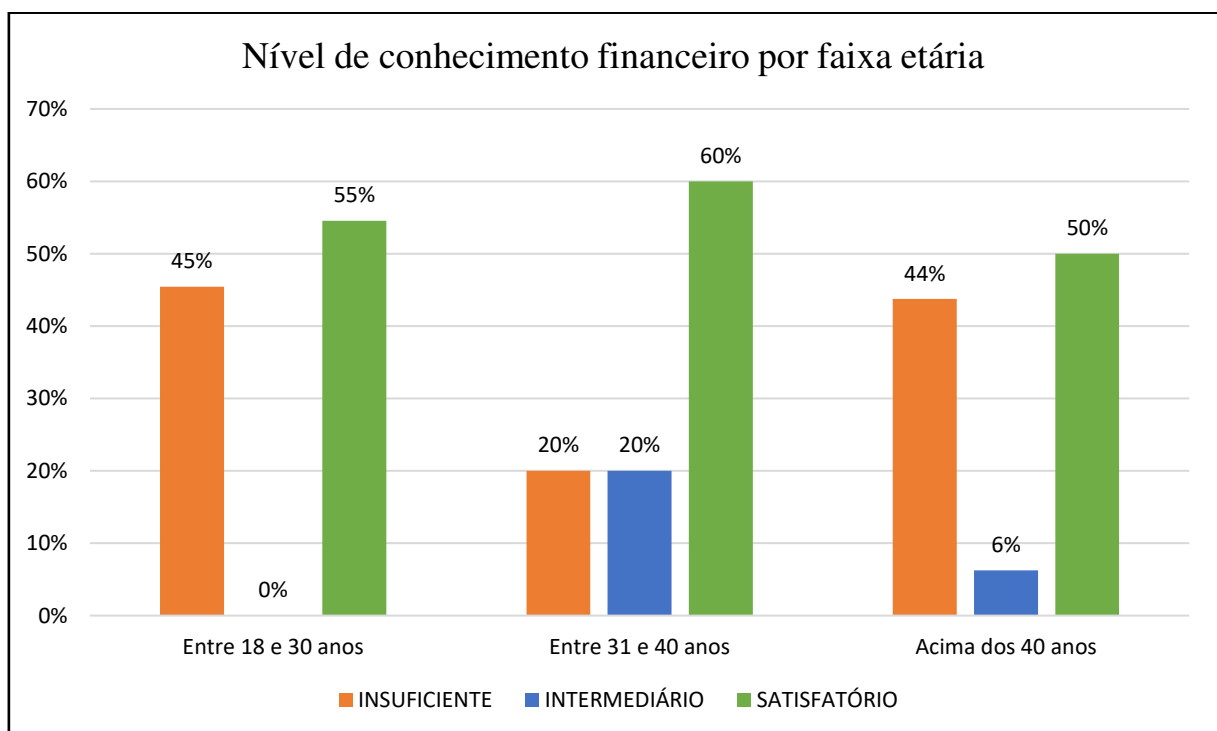
Estes números sugerem que, embora a maioria de ambos os gêneros tenha um conhecimento satisfatório, ainda há uma proporção significativa de pessoas com conhecimentos insuficientes, com uma leve desvantagem para as mulheres nesse aspecto.

Realizando o cruzamento dos dados de nível de conhecimento financeiro com a faixa etária, obtiveram-se os seguintes resultados:

- Na faixa entre 18 e 30 anos, 55% têm nível satisfatório e 45% têm nível insuficiente;
- Na faixa entre 31 e 40 anos, 60% possuem nível satisfatório, enquanto 20% têm nível intermediário e 20%, nível insuficiente;
- Já entre os que têm idade acima de 40 anos, 50% têm nível satisfatório, 6% possuem nível intermediário e 44% obtiveram nível insuficiente.

Analisando o nível de conhecimento financeiro entre diferentes faixas etárias, como consta no Gráfico 1, observa-se que dentre as pessoas com mais de 40 anos (44%) e aquelas entre 18 e 30 anos (45%) têm uma maior incidência do nível de conhecimento financeiro considerado insuficiente. A menor incidência desta classificação foi identificada no grupo etário de 31 aos 40 anos (20%). De uma maneira geral, sugere-se uma atenção maior para estes grupos.

Gráfico 1 - Nível de conhecimento financeiro por faixa etária



Fonte: autoria própria.

A proporção de indivíduos com nível de conhecimento financeiro considerado intermediário não foi identificada na classe dos mais jovens (entre 18 e 30 anos). Já nas

categorias de na faixa dos 31 aos 40 anos e acima dos 40 anos observaram-se 20% e 6%, respectivamente.

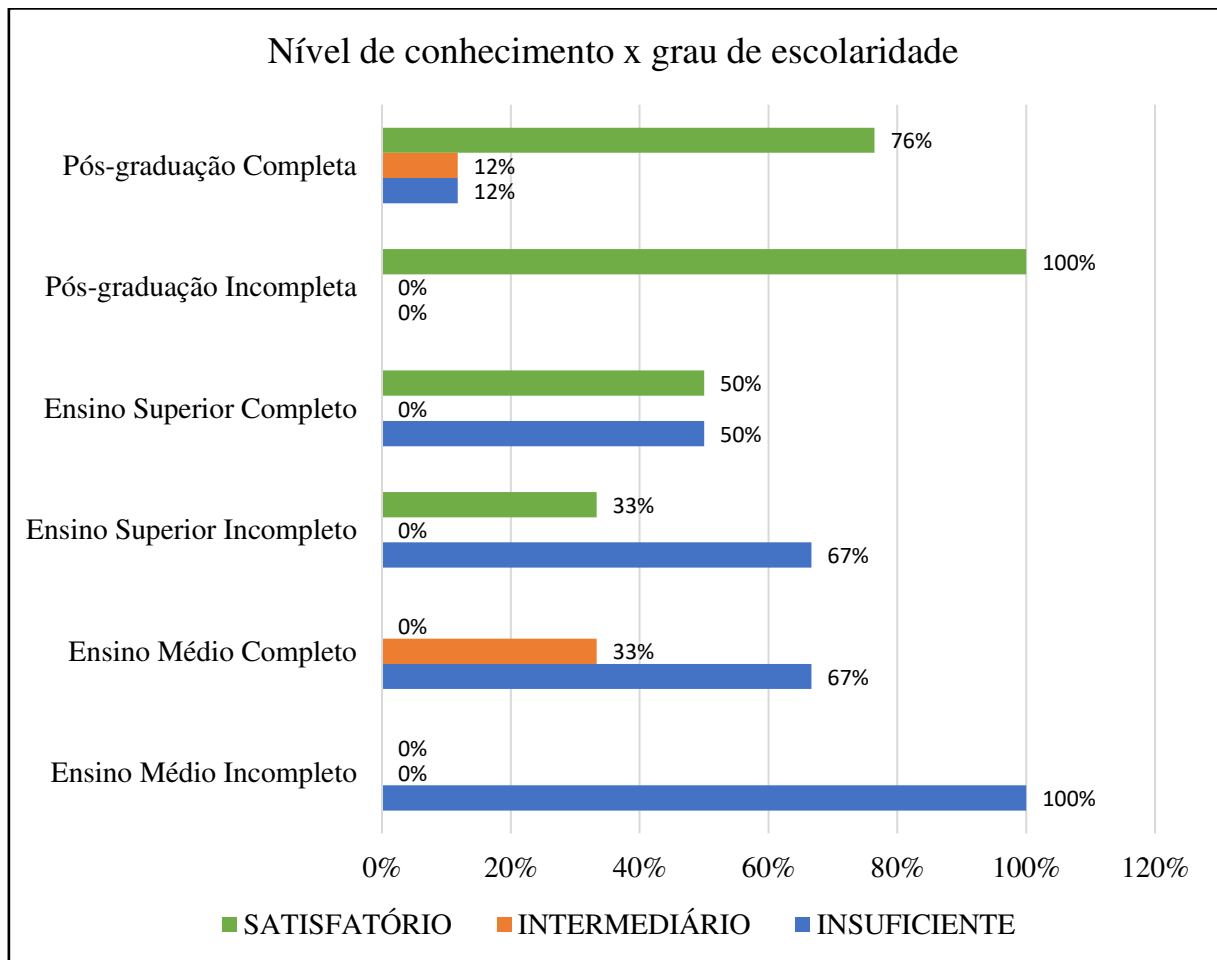
Por fim, para o nível satisfatório, todas as faixas apresentaram percentuais acima de 50%. Isto indicaria que, apesar das limitações, há um interesse crescente em adquirir conhecimento financeiro. Talvez a natureza das atividades prestadas e a formação básica exigida para atuar na secretaria, de uma maneira geral, possam explicar, em parte, sobre estes percentuais.

Para compreender melhor esta realidade, fez-se necessário partir para o cruzamento entre os dados de nível de conhecimento financeiro e grau de escolaridade, obtendo-se os seguintes resultados:

- 100% dos servidores com ensino médio incompleto obtiveram nível insuficiente;
- Entre os que possuem ensino médio completo, 67% possuem nível insuficiente e 33%, nível intermediário;
- Daqueles que têm nível superior incompleto, 67% têm nível insuficiente e 33%, nível satisfatório;
- Entre os que possuem ensino superior completo, 50% possuem nível insuficiente e 50% têm nível satisfatório;
- Dos servidores com pós-graduação completa, 100% obtiveram nível satisfatório;
- Já entre os que possuem pós-graduação completa, apenas 12% possuem nível insatisfatório, outros 12% têm nível intermediário e 76% possuem nível satisfatório.

Ao analisar os dados de nível de conhecimento financeiro e o grau de escolaridade (Gráfico 2), os dados indicaram que a proporção de indivíduos com conhecimento financeiro insuficiente diminui à medida em que os servidores possuem maior instrução.

Gráfico 2 - Nível de conhecimento financeiro x grau de escolaridade



Fonte: autoria própria.

Ainda conforme o Gráfico 2, para os que possuem apenas ensino médio completo a maioria, este grupo demonstrou possuir um conhecimento financeiro considerado insuficiente, concentrando 67% dos indivíduos do grupo. No caso dos indivíduos com nível superior, esta proporção diminuiu para 50%. No entanto, o restante deste grupo continua com a classificação de conhecimento financeiro em nível insuficiente. Já para os servidores com pós-graduação completa a proporção é de apenas 12% assim classificados.

Por outro lado, quando analisados os resultados daqueles com nível satisfatório, de uma maneira geral, percebeu-se uma possível relação positiva com o grau de escolaridade. Para os grupos em que os níveis educacionais foram maiores, observaram-se índices melhores em termos de conhecimento financeiro.

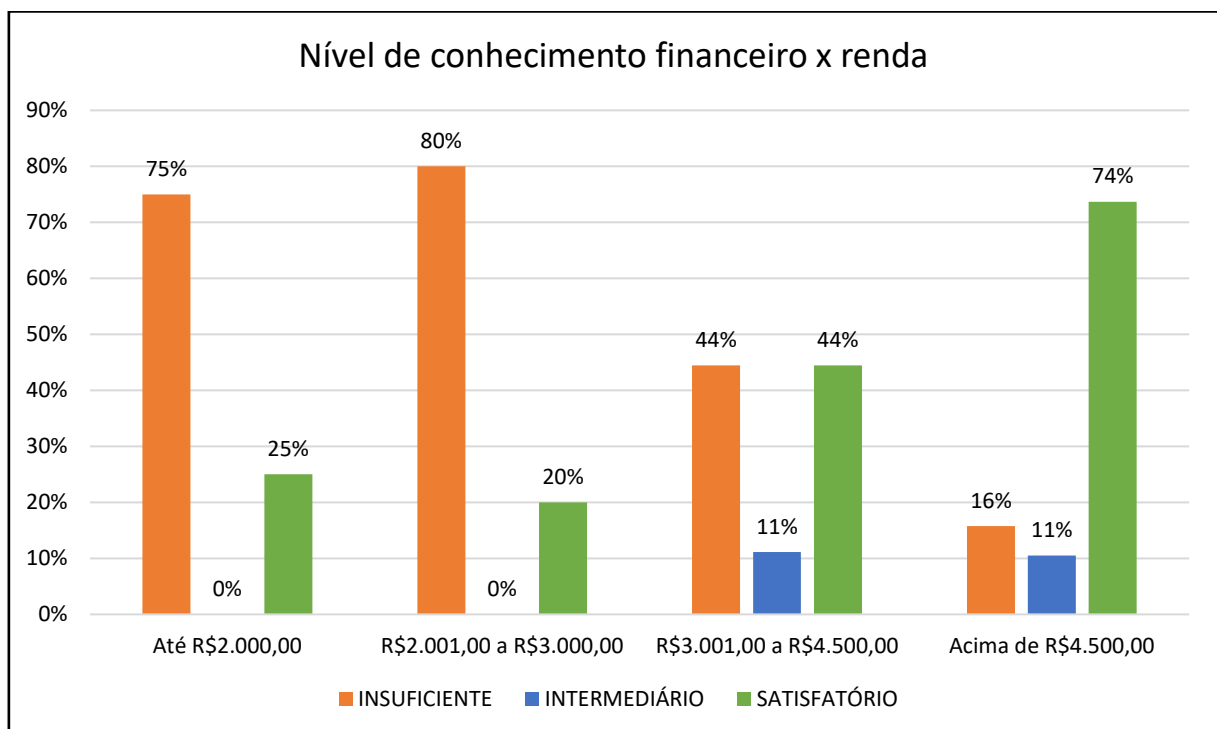
Portanto, os dados indicariam que a formação acadêmica avançada não só reduz a incidência de insuficiência em conhecimento financeiro, mas também aumenta significativamente a probabilidade de alcançar um entendimento satisfatório sobre finanças.

Ao relacionar os dados de nível de conhecimento financeiro e a faixa de renda, observou-se os seguintes resultados:

- Entre os que recebem até R\$2.000,00, 75% têm nível insuficiente e apenas 25% têm nível satisfatório;
- Entre os que recebem entre R\$2.001,00 e R\$3.000,00, 80% possuem nível insuficiente e apenas 20%, nível satisfatório;
- Entre os que ganham entre R\$3.001,00 e R\$4.500,00, 44% têm nível insuficiente, 11% possuem nível intermediário e 44%, nível satisfatório;
- Entre os que recebem acima de R\$4.500,00, 16% têm nível insatisfatório, 11% possuem nível intermediário e 74% atingiram nível satisfatório.

A análise dos níveis de conhecimento financeiro em relação à faixa de renda (Gráfico 3), observou-se que quanto maior a renda maior foi a proporção de indivíduos com conhecimento financeiro satisfatório.

Gráfico 3 - Nível de conhecimento financeiro por renda



Fonte: autoria própria.

Esses dados sugerem que a renda está diretamente associada ao nível de conhecimento financeiro, ou seja, indivíduos com renda mais elevada tenderiam a ter um melhor entendimento sobre suas finanças pessoais. Além disso, os resultados apontariam para a necessidade em haver uma maior atenção e desenvolvimento de ações voltadas para o público com renda menor.

Analisando a forma de acompanhamento das finanças em relação ao nível de conhecimento financeiro, observou-se os seguintes resultados:

- Entre os servidores que acompanham apenas o extrato bancário, 57% apresentaram nível satisfatório, 14% têm nível intermediário e 29% possuem nível insuficiente;
- No caso daqueles que anotam em um caderno, 29% atingiram um nível intermediário e 71% têm nível insuficiente;
- Entre aqueles que não registam suas transações, 40% conseguiram um nível satisfatório, mas 60% possuem nível insuficiente;
- Já entre os que utilizam planilhas eletrônicas, 78% possuem nível satisfatório e apenas 22%, nível insuficiente.

Assim, observou-se que os indivíduos que utilizam planilhas eletrônicas demonstram maior domínio sobre o controle das suas finanças, no qual 78% destes apresentou um nível satisfatório.

Por outro lado, aqueles que apenas acompanham o extrato bancário têm um desempenho mais diversificado: 57% atingem um nível satisfatório, mas 29% ainda permanecem no nível insuficiente.

Já os que utilizam cadernos para registrar suas transações mostram um nível de conhecimento considerado predominantemente insuficiente. Esta categoria contempla 71% dos questionados desta categoria. Além disso, ninguém deste grupo alcançou um nível satisfatório de conhecimento financeiro.

Por fim, aqueles que não fazem qualquer registro de suas transações financeiras, em sua maioria (60%), também demonstraram um conhecimento insuficiente, sugerindo que a ausência de um método estruturado de acompanhamento pode estar associada a um menor entendimento financeiro.

Observando a relação entre dados sobre o nível do conhecimento financeiro e a frequência de acompanhamento das finanças, notaram-se os seguintes aspectos:

- Entre os servidores que acompanham diariamente, 88% têm nível satisfatório e apenas 12% possuem nível insuficiente;
- Com relação aos que acompanham semanalmente, 43% têm nível satisfatório, 43% possuem nível insuficiente e 14%, nível intermediário;
- Entre os que acompanham quinzenalmente, 100% têm nível satisfatório;
- E entre os que acompanham mensalmente, 100% têm nível insuficiente.

Nesta análise, verificou-se que quanto maior a frequência do acompanhamento das finanças mais elevado foi o nível de conhecimento financeiro do entrevistado. Em outras palavras, aqueles indivíduos que acompanham diariamente suas finanças demonstraram um nível de conhecimento satisfatório. Neste grupo, 88% dos entrevistados tiveram um nível de conhecimento considerado satisfatório.

Por outro lado, quem faz o acompanhamento mensalmente apresentou um nível insuficiente de conhecimento financeiro. Neste grupo, todos os indivíduos foram assim classificados.

Já todos os que acompanham quinzenalmente apresentaram um nível de conhecimento satisfatório.

Por fim, o grupo de indivíduos que fazem o acompanhamento semanal apresentou uma distribuição mais equilibrada com 43% em nível satisfatório e 43% em nível insuficiente.

Essa análise sugere que a frequência de acompanhamento das finanças pode influenciar diretamente o nível de conhecimento financeiro, com maior frequência estando associada a uma melhor compreensão e gestão das finanças pessoais.

Finalmente, relacionando o nível de conhecimento financeiro e os métodos de atualização sobre finanças, apontaram-se os pontos a seguir:

- Daqueles que assistem a vídeos educativos sobre finanças, 79% têm nível satisfatório e 21% possuem nível insuficiente;
- Entre os que se atualizam por meio de cursos presenciais ou online sobre educação financeira, 50% têm nível satisfatório e 50%, nível insuficiente;
- Entre os que se atualizam por meio de livros sobre finanças pessoais, 60% têm nível satisfatório e 40%, nível insuficiente;
- Por fim, entre os que não se atualizam sobre o tema, 31% têm nível satisfatório, 19% possuem nível intermediário e 50% têm nível insuficiente.

A análise dos métodos de atualização sobre finanças demonstrou uma relação entre as fontes de informação e o nível de conhecimento financeiro.

Aqueles que assistem a vídeos educativos pelas redes sociais tendem a ter um conhecimento satisfatório, com 79% nessa categoria. Em contraste, 50% dos que participam de cursos presenciais ou online apresentam um conhecimento satisfatório, enquanto a outra metade possui um conhecimento insuficiente. Isso sugere que a eficácia do formato dos cursos pode variar.

Já os que se atualizam por meio de livros sobre finanças pessoais têm uma divisão equilibrada, com 60% apresentando um conhecimento satisfatório e 40% insuficiente.

Por outro lado, a falta de atualização reflete negativamente, pois 50% dos que não se mantêm informados sobre o tema têm um conhecimento insuficiente, enquanto 19% têm nível intermediário e apenas 31% conseguem atingir um nível satisfatório.

Portanto, atualizar-se regularmente, especialmente através de vídeos e livros, parece estar associado a um maior nível de conhecimento financeiro.

## **5. Considerações Finais**

Esta pesquisa teve como objetivo geral avaliar o nível de educação financeira dos servidores públicos na Secretaria das Finanças do município de Sobral (Ceará).

A partir dos objetivos específicos, a pesquisa buscou na literatura disponível a definição e a relevância da educação financeira, com destaque para seus benefícios tanto em nível individual quanto social. Também foram revisadas as boas práticas e estratégias necessárias para a promoção de uma gestão financeira eficiente, focando no planejamento financeiro. Além disso, a avaliação do perfil dos servidores por meio de questionário permitiu uma análise mais detalhada no tocante ao conhecimento sobre finanças e comportamento dos servidores.

A partir do desenvolvimento da pesquisa, pôde-se verificar uma variação significativa no nível de educação financeira entre os servidores. Ademais, embora este grupo de servidores tenha bastante contato com temas financeiros, uma parte considerável ainda não possui um nível de conhecimento financeiro satisfatório no campo das finanças pessoais.

Ainda a respeito das contribuições do estudo, os resultados obtidos mostraram que os indivíduos com maior nível de instrução educacional tendem a ter maiores conhecimentos

acerca de temas financeiros. Além disso, a pesquisa evidenciou que a renda também é um fator que pode ter correlação com o nível de conhecimento financeiro.

Naturalmente, esta percepção foi possível de ser obtida a partir também da análise do perfil dos servidores. Isso possibilitou que se fizesse um estudo mais detalhado, evidenciando as peculiaridades dos indivíduos que variam conforme idade, formas de controle financeiro e até pelos meios de informação sobre educação financeira.

Assim, pode-se afirmar que as contribuições deste estudo são relevantes para a literatura sobre educação financeira e para área de gestão pública. Isso se justifica pelo fato da pesquisa ter possibilitado entender mais detalhadamente sobre o perfil dos servidores públicos de uma secretaria municipal voltada para assuntos financeiros. Em outras palavras, colaborou-se de forma acadêmica e prática como o tema finanças pessoais é tratado por este público e identificou quais perfis necessitam de maior atenção das políticas voltadas à educação financeira.

Por outro lado, o desenvolvimento da pesquisa também apresentou algumas limitações, como a amostra restrita aos servidores de uma única secretaria e a dependência de autodeclarações nos questionários, o que pode ter influenciado em algum resultado. Além disso, por se tratar de um tema que envolve a questões financeiras e pessoais dos entrevistados, houve pouca adesão ao questionário, pois muitos servidores não se sentiram confortáveis em responder, o que impossibilitou conseguir chegar no tamanho da amostra desejável.

Portanto, sugere-se, para pesquisas futuras, a ampliação do estudo para outras secretarias e municípios, bem como a inclusão de entrevistas qualitativas que possam aprofundar a compreensão das práticas e desafios enfrentados pelos servidores em relação à sua educação financeira. Além disso, sugere-se, para a Secretaria das Finanças, o desenvolvimento de programas de educação financeira voltados para os seus servidores, em especial àqueles com menor nível de renda e menor nível de instrução.

Em suma, esta pesquisa reafirma a importância da educação financeira entre os servidores públicos, com destaque para a necessidade de programas de capacitação voltados para a promoção de uma gestão financeira mais consciente e eficiente. As descobertas aqui apresentadas contribuem para o debate acerca da educação financeira no setor público e abrem caminho para novas pesquisas que possam aprofundar o entendimento sobre esse tema de fundamental importância.

## 6. Referências Bibliográficas

Alves, L. d., Rodrigues, F. d., Filho, H. C., Maciel, E. P., & de Almeida, M. N. (2020). A importância da educação financeira e do orçamento familiar frente a pandemia do COVID-19. *Anais do USP International Conference in Accounting*.

Araújo, B., Francisco, M., Padilha, F., & Mechi, R. (2018). Educação Financeira. *Revista Financeira Unilago*.

Bota, S. A. (2023). Fatores determinantes da literacia financeira: uma revisão sistemática de literatura.

Carita, P. d. (2016). A Importância da Literacia Financeira nas Decisões de Investimento. *Dissertação de Mestrado*.

Claudino, L. P., Nunes, M. B., & da Silva, F. C. (2009). FINANÇAS PESSOAIS: UM ESTUDO DE CASO COM SERVIDORES PÚBLICOS. *Anais do SEMEAD-Seminários em Administração*.

*Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. (5 de Outubro de 1988). Fonte: Planalto.gov.br: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)

da Silva, B. B., & Monteiro, J. M. (2023). Educação Financeira: Um estudo sobre a sua importância na gestão pessoal. *Research, Society and Development*, pp. e16212642125-e16212642125.

Dornela, F. J., Teixeira, F. A., da Costa, R. M., Júnior, W. d., & Souza, L. M. (2014). Educação Financeira: Aprendendo a Lidar com Dinheiro. *Raízes e Rumos*.

Editora Melhoramentos Ltda. (2023). *Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa*. Fonte: Dicionário Michaelis: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/educa%C3%A7%C3%A3o/>

Ferreira, J. C. (2017). A IMPORTANCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA PESSOAL PARA A QUALIDADE DE VIDA. *Revista Caderno de Administração*, pp. 1-17. Fonte: <https://revistas.pucsp.br/index.php/caadm/article/view/33268/25017>

Fontelles, M. J., Simões, M. G., Farias, S. H., & Fontelles, R. G. (2009). Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa. *Revista paraense de medicina*, pp. 1-8.

Gil, A. C. (2002). *Como Elaborar Projetos de Pesquisa* (4 ed.). Atlas.

Hurtado, A. G., & Freitas, C. G. (2020). A importância da educação financeira na educação de jovens e adultos. *Revista de Educação Popular*, pp. 56-76.

Jobim, S. S., & Losekann, V. L. (2015). Alfabetização Financeira: mensuração do comportamento e conhecimento financeiros dos universitários da Universidade da Região da Campanha, Rio Grande Do Sul. *Revista Sociais e Humanas*, pp. 125-139.

Krüger, F. (2014). AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO ORÇAMENTO FAMILIAR. Concórdia, Santa Catarina. Fonte: <http://educacaofinanceira.com.br/wp-content/uploads/2021/11/tcc-educacao-financeira-no-orcamento-familiar.pdf>

Leite, A. d., & da Cruz, A. C. (2022). A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA VIDA DOS JOVENS. *Facit Business and Technology Journal*.

Lucci, C. R., Zerrenner, S. A., Verrone, M. G., & dos Santos, S. C. (2006). A influência da educação financeira nas decisões de consumo e investimento dos indivíduos. *Seminário em Administração*.

Maia, G. (15 de setembro de 2020). *Planejamento financeiro: como organizar suas finanças*. Fonte: Expert XP: <https://conteudos.xpi.com.br/aprenda-a-investir/relatorios/planejamento-financeiro/>

Marinho, C. d. (2022). *Avaliação do nível da educação financeira de bancários de uma Agência da Caixa Econômica Federal*. Fonte: Departamento de Ciências Administrativas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/50248>

Martins, C. C. (2019). *A análise do nível de conhecimento dos cadetes do 4º ano do curso de artilharia da AMAN sobre investimentos e educação financeira*. Fonte: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/6319/1/6237.pdf.pdf>

Nogueira, H. F. (2011). *Nível de literacia financeira dos portugueses: medição através de um índice e principais determinantes*. Fonte: Repositório do Iscte – Instituto Universitário de Lisboa : <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/4842/1/Literacia%20Financeira%20-%20%20c3%adndice%20e%20determinantes%20-%20Hugo%20Nogueira.pdf>

Olipio, C., & Marleni. (2013). PLANEJAMENTO FINANCEIRO: FUGINDO DAS DÍVIDAS. *Revista da Universidade Vale do Rio Verde*, pp. 183-191.

Olivieri, M. d. (31 de julho de 2013). Educação Financeira. *ENIAC Pesquisa*, p. 49.

Potrich, A. G., Vieira, K. M., & Ceretta, P. (2013). Nível de alfabetização financeira dos estudantes universitários: afinal, o que é relevante? *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, pp. 315-334.

*Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness*. (Julho de 2005). Fonte: OCDE.org: <https://www.oecd.org/finance/financial-education/35108560.pdf>

Silveira, D. T., & Córdova, F. P. (2009). Método de pesquisa. Em *A pesquisa científica*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Tavares, F. O., & Almeida, L. G. (2020). A literacia financeira: uma revisão da literatura. *Percursos & Ideias*, 73-88.

Vieira, K. M., Moreira Junior, F. d., & Potrich, A. G. (2019). Indicador de educação financeira: proposição de um instrumento a partir da teoria da resposta ao item. *Educação & Sociedade*, p. e0182568.

Wisniewski, M. G. (2011). A importância da educação financeira na gestão das finanças pessoais: uma ênfase na popularização do mercado de capitais brasileiro. *Revista Intersaberes*, pp. 155-170.

**7. ANEXO A – Questionário aplicado aos servidores da Secretaria das Finanças de Sobral**

**QUESTIONÁRIO APLICADO AOS SERVIDORES DA SECRETARIA DAS FINANÇAS DE SOBRAL – CEARÁ**

Nº \_\_\_\_\_

Data da aplicação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2024

Este questionário é parte integrante das atividades necessárias ao desenvolvimento do trabalho de Monografia II do Curso de Ciências Económicas. Ressalta-se que os dados obtidos através desta pesquisa serão tratados de maneira geral, sendo garantida a sua confidencialidade, e o uso das respostas para fins exclusivamente acadêmicos.

**DADOS GERAIS**

1- Qual é o seu sexo?

Masculino  Feminino  Prefiro não informar

2- Qual é a sua idade?

Entre 18 e 30 anos  Entre 31 e 40 anos  Acima dos 40 anos

3- Qual é o seu estado civil?

Solteiro(a)  Casado (a) / União Estável

Prefiro não informar  Viúvo (a)

4- Qual é o seu nível de escolaridade?

Ensino Médio Incompleto  Ensino Médio Completo

Ensino Superior Incompleto  Ensino Superior Completo

Pós-graduação Incompleta  Pós-graduação Completa

5- Quantos membros compõem sua família?

Apenas eu  2 Pessoas  3 Pessoas  4 Pessoas ou mais

6- Quantos filhos você possui?

1 Filho  2 Filhos  3 Filhos ou mais  Não tenho filhos

7- Qual é a sua renda média mensal?

Até R\$2.000,00

R\$2.001,00 a R\$3.000,00

R\$3.001,00 a R\$4.500,00

Acima de R\$4.500,00

8- Qual é o peso da sua renda individual no orçamento familiar?

Menos de 25%

Entre 25% e 50%

Entre 50% e 75%

Mais de 75%

9- Qual é a natureza do seu vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal de Sobral?

Servidor Efetivo

Servidor Comissionado / Não Efetivo

Servidor Terceirizado

Estagiário

10- Há quanto tempo você trabalha nesta instituição?

Há menos de 1 ano

Entre 1 e 2 anos

Entre 3 e 5 anos

Há mais de 5 anos

## FORMAS DE CONTROLE DAS FINANÇAS

11- Como você controla e planeja suas finanças?

- Anoto em um Caderno
- Utilizo uma Planilha Eletrônica
- Acompanho apenas o extrato bancário
- Não faço nenhum registro das minhas transações financeiras (Se você marcar este item, por favor, pule para a questão de nº 13 )

12- Qual a frequência com que você faz o acompanhamento das suas finanças?

- Diariamente
- Semanalmente
- Quinzenalmente
- Mensalmente
- Semestralmente
- Anualmente

13- Quais são os 3 principais gastos no seu orçamento? Indique o grau de importância onde 1 é o mais importante e 3 o menos importante. (APENAS 3 OPÇÕES DEVEM SER NUMERADAS)

- Alimentação
- Aluguel
- Contas de Serviços Públicos (ex. Água, Luz e Gás)
- Lazer / Entretenimento
- Transporte
- Educação
- Vestuário

14- Quanto do seu orçamento é destinado à poupança / investimentos?

- Não reservo nenhum valor
- Entre 1% e 10%
- Entre 10% e 20%
- Mais de 20%

15- De que forma você se atualiza sobre formas de controle financeiro?

- Livros sobre finanças pessoais
- Assiste a vídeos educativos sobre finanças pelas redes sociais
- Cursos presenciais ou online sobre educação financeira
- Não me atualizo sobre esse tema

16- Qual a frequência com que você acompanha os acontecimentos econômicos do país? Exemplo taxa SELIC, índices de inflação, taxa de desemprego etc.

- Diariamente
- Semanalmente
- Mensalmente
- Em momentos específicos. Períodos de crise, por exemplo.
- Nunca

17- "Os acontecimentos econômicos têm impacto nas minhas finanças pessoais". Você concorda com essa afirmação?

- Concordo Totalmente
- Concordo Parcialmente
- Discordo Parcialmente
- Discordo Totalmente

18- Qual das alternativas abaixo melhor representa sua situação em relação à sua aposentadoria?

- Ainda não me preocupei com isso.
- Pretendo ter apenas a aposentadoria disponibilizada pelo governo
- Invisto em um plano de previdência/poupança própria para minha aposentadoria
- Pretendo começar a poupar com esse objetivo
- Não acho necessário poupar para minha aposentadoria

## CONHECIMENTO FINANCEIRO

19- Imagine que Pedro recebeu uma herança de R\$50.000 hoje e que Gabriela receberá uma herança de R\$50.000 daqui a 4 anos. Por conta da herança, qual dos dois ficará mais rico?

- Pedro
- Gabriela
- Igualmente Ricos

20- Suponha que um casal precisa guardar um valor para ser usados em momentos de emergências. Qual das seguintes formas é a MENOS EFICIENTE para o caso de eles precisarem do dinheiro com urgência?

- Conta Corrente
- Poupança
- Bens (carro, moto, imóvel...)
- Ações

21- Quem terá mais dinheiro aos 60 anos: Carlos que investe R\$1000 por ano desde os 20 anos, ou Márcio, que investe R\$2000 por ano desde os 40 anos?

- Ambos teriam o mesmo valor, já que guardaram a mesma soma.
- Márcio, pois ele investiu o dobro do valor de Carlos
- Carlos, pois seu dinheiro rendeu por mais tempo a juros compostos

22- Imagine que você tenha aplicado em poupança o valor de R\$100 e que rende a uma taxa de 10% ao ano. Após 5 anos quanto você terá na sua poupança?

- Mais que R\$150
- Exatamente R\$150
- Menos que R\$150

23- Suponha que o rendimento da sua poupança é de 5% ao ano e a taxa de inflação será de 10% ao ano. Daqui a 1 ano, o quanto o valor da sua poupança será capaz de comprar?

- Exatamente o mesmo
- Menos do que hoje
- Mais do que hoje

24- Ao considerar um longo período (12 anos, por exemplo), qual dos ativos abaixo, geralmente oferece maior retorno?

- Títulos Públicos
- Poupança
- Ações

25- Mario e Jorge desejam comprar uma casa no valor de R\$50.000. Qual dos dois pagou mais caro pelo imóvel?

- Jorge, que comprou hoje e financiou o valor devido em 48 meses.
- Mario, que decidiu poupar por 20 meses, mas comprou a casa a vista.

26- Alexandre recebe r\$1000 por mês e tem uma despesa mensal de r\$800. Quanto tempo levará para ele juntar o suficiente para comprar um celular de r\$800?

- 8 meses
- 6 meses
- 4 meses
- 2 meses

27- Geralmente, qual dos ativos abaixo apresenta maior nível de oscilações?

- Títulos Públicos
- Poupança
- Ações

28- Quando um investidor opta por distribuir o seu montante em diferentes tipos de ativos financeiros, o risco de perder dinheiro é:

Menor

Maior

Não se altera

29- A afirmação de que um investimento que oferece alto retorno traz consigo um alto risco é:

Verdadeira

Falsa

30- "Quando há um aumento da inflação, o custo de vida também aumenta." Esta afirmação é:

Verdadeira

Falsa